



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GRAZIELLE DANTAS DE OLIVEIRA CARREIRO

**CONTROLE DE CAIXA NA GESTÃO FINANCEIRA EM UMA
EMPRESA DE PEQUENO PORTE VAREJISTA DA CIDADE DE
CATOLÉ DO ROCHA-PB: UM ESTUDO DE CASO**

**SOUSA - PB
2008**

GRAZIELLE DANTAS DE OLIVEIRA CARREIRO

**CONTROLE DE CAIXA NA GESTÃO FINANCEIRA EM UMA
EMPRESA DE PEQUENO PORTE VAREJISTA DA CIDADE DE
CATOLÉ DO ROCHA-PB: UM ESTUDO DE CASO**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis.**

Orientadora: Prof^a. Ma. Janaina Ferreira Marques de Melo.

**SOUSA - PB
2008**

GRAZIELLE DANTAS DE OLIVEIRA CARREIRO

CONTROLE DE CAIXA NA GESTÃO FINANCEIRA EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE VAREJISTA DA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA/PB: UM ESTUDO DE CASO

Monografia apresentada em 10 de Dezembro de 2008, como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis de Universidade Federal de Campina Grande, obtendo o conceito de _____, atribuído pela banca, constituída pelo orientador e membros abaixo.

Banca Examinadora:

Prof^ª. MSc. Janaína Ferreira Marques de Melo
Orientador

Prof^º. MSc. Thiago Alexandre das Neves de Almeida
Examinadora

Prof^ª MSc. Joana Darc Medeiros Martins
Examinadora

Sousa – PB, 2008

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **"Controle de Caixa na Gestão Financeira em uma Empresa de Pequeno Porte Varejista da Cidade de Catolé do Rocha/PB: Um Estudo de Caso."**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 17 de dezembro 2008

Grazielle Dantas de Oliveira Carreiro

Grazielle Dantas de Oliveira Carreiro

AGRADECIMENTOS

A Deus... Obrigado pela vida!

Ao meu esposo, pelo companheirismo e amizade no decorrer de todos esses anos de Universidade.

Ao meu filho Ryan Geraldo, pelas noites que estive ausente, quando mais necessitou de um colo de mãe. Meu filho essa vitória é nossa!

Aos meus pais, por fazer meu sonho tornar realidade. Á vocês meu muito Obrigado.

Aos meus irmãos que sempre torceram pela minha felicidade;

A minha orientadora, Professora MS. Janaína Ferreira Marques de Melo, Obrigada!

Aos colegas que construí durante esses anos, valeu apenas! Por todas as gargalhadas dadas. Com certeza sentirei saudades de cada um de vocês.

A todos os professores a quem fui privilegiada em receber seus ensinamentos;

Aos professores, Thiago Alexandre e Joana D'arc que contribuíram para finalização deste trabalho, com a partilha de seus conhecimentos.

A empresa pesquisada, por ter disponibilizado as informações necessárias para realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância do controle financeiro por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa nas pequenas empresas, como ferramenta para o planejamento e controle no processo decisório. A Demonstração do Fluxo de Caixa auxilia na gestão das empresas, permitindo acompanhar as entradas e saídas, assim antecipando qualquer situação que afete seu disponível. Nesse sentido, esse trabalho tem o objetivo de identificar as informações do controle financeiro do caixa que podem fornecer subsídios para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto em uma empresa de pequeno porte. O procedimento metodológico utilizado no desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, qualitativa, documental e de estudo de caso, utilizando - se de uma entrevista semi-estruturada e análise de documentos como o livro caixa da empresa, bem como utilizando-se de variáveis de investigação relacionadas as atividades operacionais; atividades de investimento; atividades de financiamento; controle financeiro de contas a pagar; controle financeiro de contas a receber; e, controle do livro caixa versus informações para a DFC. Por meio da análise do livro caixa, constatou-se que não estavam disponibilizados dados referentes aos saldos de banco, e que 73% das suas atividades operacionais mais freqüentes da empresa não são lançadas. Conclui-se que esta inviabilidade pode comprometer o controle financeiro desta organização, e conseqüentemente no processo de tomada de decisão, haja vista que este é a única ferramenta de controle desta organização. Sugere-se a implantação da contabilidade, controle de contas a receber e a pagar, fluxo de caixa mensal pelo método direto e o fluxo de caixa projetado por meio de planilhas e *softwares* especializados.

Palavras chaves: Demonstração do Fluxo de Caixa. Gestão Financeira. Processo Decisório.

ABSTRACT

The present work boards the importance of the financial control by means of the Cash flow Demonstration in the small size companies, like tool for the planning and control in the decisive process. The Cash flow Demonstration assists in the companies administration, allowing to accompany the entrances and left, thus anticipating any situation that affects your available. In this sense, that work has the goal of identifying the box financial control information that can supply subsidies for the Cash flow Demonstration elaboration by the direct method in a company of small size. The methodological procedure used in the development of this work was the bibliographical, qualitative, documental research and of study of case, using - if of an interview semi-structured and documents analysis as the book box of the company, as well as using itself of investigation variables related the operational activities; Investment activities; Financing activities; Financial control of accounts to pay; Financial control of accounts receivable; And, book box control versus information for DFC. By means of the book box analysis, it verified that they were not made available referring data to the bank balances, and that 73% of her more frequent operational activities of the company are not launched. It concludes that this impracticability can pledge the financial control of this organization, and consequentemente in the decision outlet process, as shown by that this is the only control tool of this organization. It suggests the accounting implantation, control of accounts receivable and to pay, monthly cash flow by the direct method and the cash flow projected by means of worksheets and *specialized softwares*.

Key-words: Demonstration of the Flow of Box. Financial management. Power to decide process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Transações do caixa.....	35
Figura 2: Relatório de contas pagas.....	45

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Faturamento á vista em 2007.....	40
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Saldo Final de Caixa.....	41
---	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: DOAR versus DFC.....	29
Quadro 2: Fatores que aumentam e diminuem o disponível.....	34
Quadro 3: Modelo da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto.....	37
Quadro 4: Modelo da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto.....	38
Quadro 5: Atividades operacionais conforme os registros do livro caixa.....	42
Quadro 6: Contas do Livro Caixa da Empresa.....	43
Quadro 7: Modelo Proposto de Contas a receber.....	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Cash Management Gerência de dinheiro

CFC Conselho Federal de Contabilidade

CMV Custo das Mercadorias Vendidas

CVM Comissão de Valores Mobiliários

DFC Demonstração Fluxo de Caixa

DLPA Demonstração Lucros ou Prejuízos Acumulados

DOAR Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos

DRE Demonstração do Resultado do Exercício

DVA Demonstração do Valor Adicionado

FASB *Financial Accounting Standards Boards* (Comitê de Normas de Contabilidade Financeira)

IASB *International Accounting Standards Boards* (Colegiado de Padrões Contábeis Internacionais)

IBRACON Instituto Brasileiro de Contadores

IBAI Instituto Brasileiro de Auditores Independentes

ICPB Instituto dos Contadores Públicos do Brasil

LTDA Limitada

MPE's Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1 Introdução ao estudo realizado	14
1.1 Caracterização do problema	16
1.2 Justificativa	16
1.3 Objetivos	18
1.3.1 Objetivo geral	18
1.3.2 Objetivo específico	18
1.4 Procedimentos metodológicos	19
1.4.1 Natureza da pesquisa	19
1.4.2 Quanto aos objetivos	19
1.4.3 Quanto aos procedimentos	19
1.4.4 Área da pesquisa	20
1.5 Estrutura do trabalho	20

CAPÍTULO 2

2 Fundamentação teórica	21
2.1 Breve histórico da contabilidade	21
2.2 Contabilidade: conceitos, objetivos e função	22
2.3 Demonstrações Contábeis obrigatórias no Brasil	24
2.3.1 Balanço Patrimonial	24
2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício	25
2.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	26
2.3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	26
2.3.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	27
2.3.6 Demonstração do Fluxo de Caixa	27
2.3.7 Obrigatoriedade da DFC	28
2.3.8 A DOAR versus a DFC	29
2.3.9 Objetivo e Finalidade da DFC	30
2.4 Regime de Caixa	31
2.5 Importância do Fluxo de Caixa	31
2.6 Planejamento do Fluxo de Caixa	32
2.7 Fluxo de Caixa Diário versus Fluxo de Caixa Mensal	32
2.8 Utilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa	33
2.9 Classificação do Fluxo de Caixa por Atividades	33
2.10 Fatores e Transações do Caixa e a Importância do Cash Management	34

2.11	Preparação da Demonstração do Fluxo de Caixa	36	
2.12	Métodos de Elaboração do Fluxo de Caixa	36	
2.12.1	Método Direto	36	
2.12.2	Método Indireto	37	
 CAPÍTULO 3			
3	Estudo de caso	40	
3.1	Caracterização da empresa	40	
3.2	Atividades Operacionais	40	
3.3	Controle Financeiro	42	
3.4	Controle do livro caixa X informações para DFC	46	
 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS			47
	Referências	49	
	Apêndice	52	

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO ESTUDO REALIZADO

Nos dias de hoje, devido à competitividade entre as organizações, exigem-se dos gestores constantes mudanças, além da necessidade de conhecimentos dinâmicos otimizando o desempenho empresarial. Nesse aspecto, a cobrança pela eficiência das empresas, pode fazer delas procurarem incentivos por melhores transformações em sua administração. Assim permitindo uma boa gestão e garantindo sucesso relevante para empresa.

Segundo Oliveira, Perez Jr. e Silva (2007, p.138), acrescenta que “o modelo de gestão representa os princípios básicos que norteiam uma organização e serve como referencial para orientar os gestores nos processos de planejamento, tomada de decisões e controle”.

Diante disso, observa-se que o modelo de gestão depende do processo de planejamento, permitindo aos tomadores de decisão uma administração de qualidade, que contribua com informações decisivas. Faz-se necessário ter auxílio destas informações para que se possa ter um melhor conhecimento na sua situação financeira, auxiliando nas tomadas de decisões. A esse respeito Catelli (2007, p. 58), afirma que “O processo de gestão deve assegurar que a dinâmica das decisões tomadas na empresa conduzam-na efetivamente ao cumprimento de sua missão, garantindo-lhe a adaptabilidade e o equilíbrio necessário para continuidade”.

Sobre a gestão financeira, pode-se inferir que os gestores utilizam informações da contabilidade como insumo no processo de decisão. Neste aspecto, a contabilidade pode contribuir neste processo decisório, oferecendo suporte que aumente a eficiência e a eficácia na gestão. De acordo com Oliveira, Perez Jr. e Silva (2007, p. 75) “as informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base de segurança para suas decisões”. Com base nesta afirmação, as informações representam um papel interessante para o processo administrativo, pois o mesmo pode servir para diminuir os riscos de mortalidade e obter a eficiência e a eficácia dos resultados.

Segundo o SEBRAE (2008), mais de 70% das micro e pequenas empresas brasileiras fecham as portas nos primeiros cinco anos de vida. Conforme esse órgão, vários fatores explicam o elevado índice de mortalidade, tais como a não realização de estudo sobre o negócio, a falta de experiência do empreendedor no segmento escolhido e a dedicação parcial ao empreendimento. Nesse sentido, Yoshitake e Hoji (1997) mencionam que muitos pensam que as empresas vêm à falência por falta de lucro, mas sim por falta de caixa. Pode-se perceber que esses índices de falência são grandes, e isso se dá por ausência de um bom planejamento estratégico e um controle financeiro, que faça a diferença entre elas.

Estes fatores aliados a ausência de um controle financeiro baseado nas informações contábeis podem está relacionado a mortalidade nas MPE.

O planejamento e controle se fazem necessários em todas as entidades, principalmente às de fins lucrativos, permitindo uma visão ampla dos acontecimentos, evitando que o gestor fique surpreso por qualquer imprevisto que venha colocar a empresa em risco ou até mesmo levá-la a falência. Para Zdanowicz (1998), o planejamento financeiro mostra informações que vêm, suprir as necessidades futuras da empresa. Diante disso, é importante que o planejamento esteja presente na administração traçando metas e controles internos para um melhor crescimento.

Assim, é de suma importância para a organização, que os gestores tenham conhecimento satisfatório quanto às ferramentas gerenciais, bem como as demonstrações contábeis, visto que é através destas que se permite verificar e analisar a sua situação financeira.

A Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, que recentemente foi alterada pela Lei 11.638/2007, tem no seu art.176 as seguintes demonstrações contábeis são: Balanço Patrimonial; Demonstração dos Lucros os Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração do Fluxo de Caixa, que substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas explicativas. Conforme a citada Lei, as demonstrações contábeis são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa perante os acionistas, o governo e a comunidade em geral. A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR deixou de ser obrigatória a partir de 31/12/2007 para as companhias abertas, e para as companhias fechadas com Patrimônio Líquido, na data do balanço patrimonial, superior a R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de reais) passando a ser uma demonstração facultativa.

Em 2008, passou a ser exigida a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) para todas as sociedades de capital aberto ou Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Para as companhias abertas também passou a ser exigida a demonstração do valor adicionado (DVA), cuja obrigatoriedade começou a vigorar desde 01/01/2008 (Lei das S.A. art. 176 IV).

O presente estudo objetiva verificar se informações do controle financeiro do caixa que podem fornecer subsídios para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto em uma empresa de pequeno porte.

1.1 Caracterização do Problema

Devido às empresas ter a necessidade de informações concisas, tem levado as mesmas buscarem ferramentas contábeis que auxiliem na gestão para que se possa ter um melhor acompanhamento a seu respeito. Sendo assim, as demonstrações contábeis são ferramentas que evidenciam a relevância da contabilidade numa sociedade, detalhando toda a situação financeira fornecendo resultados.

Percebe-se então, que falta de informações pode ocasionar vários problemas de caráter de controle e de tomada de decisão. A não obrigatoriedade das micro e pequenas empresas publicarem as demonstrações contábeis pode influenciar neste aspecto. No que se refere ao planejamento empresarial, a Demonstração do Fluxo de Caixa é uma ferramenta para o gerenciamento financeiro. Conforme aponta Zdanowicz (1998, p.19), "o fluxo de caixa é o instrumento que permite ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa para um determinado período".

Neste aspecto, Campos Filho (1999, p.41) assegura que as empresas devem "relatar os fluxos de caixa das atividades operacionais diretamente, mostrando as principais classes de recebimentos e pagamentos operacionais". Assim sendo, as atividades operacionais tem certa ligação com as empresas comerciais, por elas apontarem a movimentação do fluxo de recebimento e pagamentos do caixa.

Desta forma, a DFC pode servir como um instrumento de auxílio no processo de tomada de decisões no dia-a-dia do empresário, visto que pode influenciar nas decisões de investimento e financiamento. Em decorrência da situação exposta, surge o seguinte questionamento:

Quais as informações do controle financeiro do caixa que podem fornecer subsídios para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto em uma empresa de pequeno porte?

1.2 Justificativa

A contabilidade tem a função de controlar e avaliar o patrimônio das entidades. Devido às mudanças constantes e o mercado cada vez mais competitivo, uma boa administração é indispensável para uma empresa. Orrú (1990). Diante disso, a contabilidade se torna eficaz com envolvimento das demais áreas contábeis, para que se possam interpretar melhores informações vindas da Contabilidade, com o objetivo de se ter um melhor relacionamento com a empresa. Dentre essas áreas destaca-se a contabilidade gerencial.

Crepaldi (2007, p. 20) define contabilidade gerencial como:

Contabilidade Gerencial é o ramo da Contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para uma melhor utilização dos recursos econômicos da empresa. Através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

Diante da situação, a contabilidade gerencial é a parte da contabilidade em que se permite ter um controle mais concreto sobre a organização, pois a mesma fornece informações eficientes no processo decisório de uma empresa.

Dessa forma, as micro e pequenas empresas necessitam de instrumento que possibilite o planejamento e o controle dos seus recursos financeiros, e que de certa forma, sua participação seja indispensável em todo o processo de tomada de decisão no âmbito financeiro. Os tributos, normalmente é uma das preocupações dos gestores.

Verifica-se que na maioria das vezes as decisões são alteradas pelos próprios empresários. Diante disso, as micro e pequenas empresas necessitam auferir incentivos diferenciados para que se tenham um melhor realce entre as demais. Por não serem obrigadas a publicar as demonstrações contábeis, destaca-se um problema, pois os demonstrativos contábeis podem permitir aos gestores ter uma melhor relação a propósito da situação de sobrevivência, permitindo projetar melhores seus planos.

Compreendendo as necessidades empresariais, a escolha deste tema sobre o controle de caixa na gestão financeira nas empresas de pequeno porte, visa aprofundar um estudo sobre a gestão do caixa, percebe-se que demonstrativo do fluxo de caixa permite e influenciar nas decisões dos gestores, no que se refere ao alcance dos objetivos financeiros, tanto de curto e longo prazo.

A Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados (Iudicibus, Martins e Gelbcke, 2007, p. 445).

Diante do exposto, a DFC pelo método direto permite se ter informações, objetiva e de fácil entendimento, a mesma contribui com essa simplicidade para que os gestores de pequeno porte tenham entendimento instantâneo, sem a precisão formal do conhecimento contábil.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Identificar as informações do controle financeiro do caixa que podem fornecer subsídios para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto em uma empresa de pequeno porte.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a empresa objeto desta pesquisa;
- Evidenciar as atividades operacionais, de financiamento e investimento da empresa no ano de 2007;
- Evidenciar as entradas e saídas mensais de caixa da empresa objeto

1.4 Procedimentos Metodológicos

1.4.1 Natureza da Pesquisa

A natureza da pesquisa foi de caráter qualitativo. Souza, Fialho e Otani (2007, p.40), é aquela que é descritiva, tendo o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.

1.4.2 Quanto aos objetivos

É descritiva, visto que, segundo Gil (1991, p. 46) “têm o objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”.

1.4.3 Quanto aos Procedimentos

Os procedimentos utilizados na pesquisa foram: a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e documental, utilizando-se uma entrevista semi-estruturada e análise de documentos da empresa envolvida neste trabalho.

Conforme Gil (1991, p.48) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de matéria já elaborada, constituída principalmente de livro e artigos científicos”.

No que se refere ao estudo de caso, Lopes (2006, p. 119) comenta que:

É o estudo específico concentrado, amplo e detalhado de um único caso. Utiliza-se este tipo de pesquisa quando pesquisador quer aprofundar seus estudos enfatizando um único assunto. Quando se trata de contabilidade geralmente, aplica-se o estudo de caso em empresa.

A pesquisa documental foi alusiva ao livro caixa. Para Souza, Fialho e Otani (2007, p.41):

A pesquisa documental fundamenta-se na utilização de materiais impressos e divulgados que não receberam tratamento analítico. Nessa categoria podemos destacar: documentos de arquivos públicos ou privados, documentos pessoais como carta, diários fotografia, gravações, documentos de empresa e instituições como ofícios, memorandos, relatórios de atividades, dados estatísticos, etc.

A **documentação direta** consiste nas observações sistemáticas na empresa (aquele que esta no dia a dia da empresa, de forma sistemática) e assistemáticas (aquele que é feito de uma maneira não sistemática, mas pode ser utilizado pela empresa), utilizando entrevista semi-estruturada e análise dos documentos de acordo com o objetivo. A entrevista semi-estruturada objetivou conhecer as variáveis de investigação da pesquisa:

- Atividades operacionais;

- Atividades de investimento;
- Atividades de financiamento;
- Controle financeiro de contas a pagar;
- Controle financeiro de contas a receber;
- Controle do livro caixa versus informações para a DFC.

Já a **documentação indireta** refere-se à pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida através de livros, artigos divulgados em revistas, bem como a utilização da internet que apresentaram informações de interesse que forneceram subsídios necessários.

1.4.4 Área da Pesquisa

Este estudo foi realizado em uma empresa de pequeno porte (EPP) de autopeças para veículos, denominada Caicó Diesel LTDA, localizada na cidade de Catolé do Rocha – PB.

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho está dividido em três capítulos, onde o inicial foi composto da especificação do problema, dos objetivos, justificativa e dos procedimentos metodológicos.

O segundo capítulo foi abordado a fundamentação teórica, onde são relatados os seguintes pontos: um breve histórico da Contabilidade, conceitos, objetivo e função. Apresentação das principais demonstrações bem àquelas utilizadas no processo decisório, a fim de conhecer as características do tema abordado.

O terceiro capítulo foi apresentado o estudo de caso na empresa de Autopeças para veículos.

Em seguida segue-se as considerações finais e referências

CAPITULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Breve Histórico da Contabilidade

A contabilidade é muito antiga, ela surgiu da necessidade de controlar e avaliar os bens do homem. Pois os mesmos tinham interesse de aumentar seus patrimônios, e para isso, veio à contabilidade como ferramenta de informações. (IUDÍCIBUS e MARION 1999)

“A contabilidade como campo do conhecimento humano e especializado, já é uma função bastante antiga” (OLIVEIRA, FARIA, OLIVEIRA E ALVES 2008, p. 3).

Marion (2007, p.26) afirma que “A contabilidade surgiu basicamente da necessidade de donos de patrimônio que desejam mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas”.

Diante do exposto, percebe-se que a Contabilidade é bastante antiga quanto à humanidade, visto que ela veio suprir as necessidades do homem, em controlar seu bens.

A origem da contabilidade costuma ser atribuída à obra de Luca Pacioli, no seu texto *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportione et Proportionalite*, Pacioli descreveu um sistema que garantia o registro eficiente e preciso da informação financeira. (WEYGANDT, KIESO e KIMMEL, 2005, p.5-6).

Conclui-se que, a origem da contabilidade, surgiu em função de avaliar as riquezas do homem, onde permite a eles informar e registrar números que análise o crescimento de seus bens.

A contabilidade no Brasil teve sua história recente na década de 70, com o desenvolvimento ainda elementar sobre o mercado de capitais e com a reforma bancária. Nyama (2007, p.1) relata os principais passos:

- Obrigatoriedade de as companhias abertas terem suas demonstrações contábeis auditadas por auditores independentes;
- Publicação da Circular nº 179/72 pelo Banco Central do Brasil, padronizado a estrutura e foram de apresentação das demonstrações contábeis das companhias abertas; e,
- Influência da escola norte-americana de contabilidade com o início do estudo sobre princípios contábeis e a promulgação da Lei nº 6.404/76 sob esta influência.

O Brasil foi um dos primeiros países a ter o ensino Superior de contabilidade. Em 1902 foi criada a primeira escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo. Anos depois a escola Contábil Americana começou a mover-se no nosso País, tornando presente com a Lei nº 6.404/76, Lei da S.A. (MARION, 2007).

Segundo Oliveira et al (2008, p.6), a evolução da contabilidade no Brasil foi criada por uma classificação de fatos:

- 1971- criação do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), com a fusão de dois institutos até então existentes: o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB), criado em 26 de março de 1957, e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBAI), fundado em 2 de janeiro de 1968.
- Em dezembro de 1976, com a Lei nº. 6.404, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, houve a normatização das práticas e relatórios contábeis, o que contribuiu enormemente para a disciplina do mercado de capitais.
- Foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Lei nº 6.385/76, com a responsabilidade de normatizar as práticas contábeis e trabalhos de auditoria das empresas de capital aberto, além de exercer as funções de fiscalização, semelhante à *Security Exchange Commission* norte-americana.
- Em 1985, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução nº 1007 – Normas Gerais de Auditoria –, com o auxílio do Instituto Brasileiro dos Contadores (IBRACON) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o que normatizou a auditoria e a contabilidade nas instituições financeiras.

Conforme abordado, o desenvolvimento da contabilidade no Brasil tem um contexto marcado por vários aspectos, onde foi criado órgãos em seus benefícios. Assim sendo, a Contabilidade é de fundamental importância nas diferentes áreas que ela envolve, seu surgimento veio trazer benefícios ao homem, que o mesmo tinha interesses de controlar seus negócios de forma séria.

2.2 Contabilidade: Conceitos, Objetivos e Função.

Para Franco (1997, p.19)

A contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com fim de oferecer informações e orientação necessárias à tomadas de decisões.

Na definição de Sá (1998, p. 42) diz que: “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais”.

Nesse aspecto, Jacinto (1990) relata que a contabilidade tem como o estudo de todo o patrimônio, seus resultados dependem das mudanças ocorridas pela empresa.

Diante do exposto, pode-se inferir que a Contabilidade é a ciência que visa estudar a verdadeira situação do patrimônio, sua presença é fundamental desde o surgimento da empresa, com o objetivo de orientar seus administradores. Onde se possa ter um melhor desempenho nas informações fornecidas pela contabilidade.

Marion (2007, p.26) diz que:

Objetivo principal da contabilidade, portanto conforme a Estrutura conceitual Básica de Contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.

De acordo com a resolução nº. 774/94 do Conselho Federal de Contabilidade diz que “o objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta representação do patrimônio e na apresentação e análise das causas das suas mutações”

Verifica-se que o objetivo da contabilidade é de fornecer informações que mostrem as constantes mudanças ocorridas no patrimônio, fornecendo ao administrador desempenho na tomada de decisão.

Para Franco (1997, p. 19) a função da contabilidade é:

Registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações do patrimônio, para tomada de decisões de seus administradores.

Assim, uma das funções da contabilidade é a elaboração dos relatórios contábeis, pois suas informações contribuem para uma melhor interpretação, garantidas aos seus administradores o melhor caminho para se tomar decisão.

Para uma boa gestão financeira, faz necessário que a Contabilidade encontra-se ligada com o setor administrativo, onde se possam receber informações quanto aos seus relatórios, contribuindo para o poder de decisão das empresas. A elaboração das demonstrações visa neste sentido, orientar o gestor no mundo dos negócios. Para elaborá-las se faz necessário conhecê-las. No próximo item é discutido mais detalhadamente este assunto.

2.3 Demonstrações Contábeis Obrigatórias No Brasil

As demonstrações apresentam a posição financeira da organização, por isso se faz necessário o conhecimento das demonstrações existentes. De acordo a norma, as demonstrações contábeis são relatórios extraídos da contabilidade após o registro de todos os documentos que fizeram parte do sistema contábil de qualquer entidade (empresa) em um determinado período. (NBC T 3)

As Demonstrações a serem apresentadas no presente trabalho são: o Balanço Patrimonial, DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), DLPA (Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados), DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), DOAR (Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos). A partir de janeiro de 2008 a DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) também passou ser obrigatória no Brasil.

2.3.1 Balanço Patrimonial – BP

É um demonstrativo contábil que tem por objetivo apresentar a situação financeira e patrimonial da empresa. Ele retrata toda uma conjuntura em um determinado período, na maioria das vezes no final do ano. Padoveze (2007) ressalta que nada impede a construção do balanço, não importa o período, cabe a empresa querer avaliar a situação financeira, para que se tenha estimativa de seus bens e direitos.

Para Ludicibus, Martins e Gelbcke, (2007, p.6) argumenta que: “O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto uma posição estática”.

De acordo com Padoveze (2007, p. 69) “O Balanço Patrimonial é peça contábil por excelência, para ele é canalizado todo resultado das operações da empresa e das transações que terão realização futura”.

O Balanço Patrimonial é estruturado conforme a Lei 6.404/76 que foi revogada pela Lei 11.638/2007, no seu art. 178 “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia”.

§ 1º No Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) Ativo Circulante
- b) Ativo realizavel ao longo prazo

c) Ativo permanente, dividindo em Investimentos, Ativo Imobilizado e Ativo diferido.

NOTA DE ATUALIZAÇÃO: Apartir da alteração da legislação societaria promovida pela lei 11.638/07, o Ativo intangível deve figurar o Balanço Patrimonial das empresas como subgrupo de Ativo Permanente, cujo objeto são bens intangíveis anteriormente classificados no Ativo Imobilizado.

§ 2º No Passivo, as contas serão classificadas segundo a ordem decrescente de exigibilidade, nos seguintes grupos:

a) Passivo circulante

b) Passivo exigível a longo prazo

c) Resultados de exercícios futuros

d) Patrimonio líquido, dividindo em Capital social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reserva de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

NOTA DE EXPLICAÇÃO: A partir da alteração da legislação societaria promovida pela lei 11.638/07, foi suprimida o grupo de contas intitulado Reservas de Reavaliação no Balanço Patrimonial.

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

A Demonstração do Resultado do Exercício - DRE procura evidenciar o resultado do exercício, é o relatório que a companhia desenvolve em um determinado período, para se mostrar o andamento da mesma, mostrando os resultados ocorridos entre as despesas e receitas.

Para Marion (2007, p.112)

O exercício social terá duração de um ano e a cada exercício será apurado o resultado do período, isto é, se houve lucro ou prejuízo. Portanto, em cada final de período, todas as despesas e receitas são transferidas para a Demonstração do Resultado do Exercício, e, no próximo período, apurar-se-á despesa e receita começando-se do zero, ou seja, não acumulam despesa e receita de um ano para outro (Independência Absoluta de Períodos).

O Art. 187 da Lei 6.404/76 descreve que a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais; (Redação dada pela Lei nº. 9.249, de 1995)

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Lei nº. 11.638, de 2007)

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social

Deste modo, verifica-se que a DRE divulga para os interessados, os valores almejados por eles, assim como o resultado líquido, lucro ou prejuízo.

2.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA evidencia as alterações do lucro ou prejuízo contábil .

O art. 186 da Lei das Sociedades por Ações estabelece que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados discriminará:

I – o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II – as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III – as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao final do período.

2.3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Embora não seja uma demonstração obrigatória, é facultativa , de acordo com o artigo 186, parágrafo 2º, da Lei das S/A.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia a movimentação de diversas (todas as) contas do PL ocorridas durante o exercício. Assim, todo acréscimo e toda diminuição do Patrimônio Líquido são evidenciados por essa demonstração, bem como a formação e utilização das reservas (inclusive aquelas originadas por lucros). Ludícibus e Marion (2008, p.81).

Diante do exposto, se faz necessário examiná-lo as movimentações do patrimônio líquido, que através da DMPL podem analisar todas as contas da empresa, pois a DMPL esta correlacionada com os dados constantes no BP e na DRE.

2.3.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR

Apesar da Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos - DOAR não ser mais obrigatória, devido a sua utilidade, foi descrita nesta pesquisa. Tem como função principal indicar as modificações ocorridas no período, ou seja, prever as contas relacionadas ao financiamento e investimento da empresa. Foi substituída pela DFC conforme a Lei nº. 11.638 de 28/12/2007 que altera seus dispositivos da Lei 6.404/76, onde passou a usar a DFC em seu lugar.

Para Gitman (1987, p.205)

A Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos possibilita ao administrador financeiro analisar as origens e aplicações históricas de recursos da empresa. Sua maior vantagem está na avaliação das origens e aplicações.

Verifica-se que para um bom entendimento da DOAR, é preciso ter uma boa relação entre os recursos e aplicações. Seu objetivo “é complementar os dados da movimentação ocorrida no período, inicialmente evidenciada pela demonstração do resultado” (Padoveze, 2007, p. 75).

2.3.6 Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A DFC aponta todas as movimentações ocorridas no caixa em um determinado período, ela relaciona os ingressos e desembolsos do caixa, tanto a curto com a longo prazo.

Caixa e equivalentes de caixa: o caixa compreende numerário em mãos e depósitos bancários disponíveis; Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. (CVM/SNC/SEP N°. 01/2007).

Para Zdanowicz (1992, p. 33) “o Fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que são realizadas pela empresa”. Já na visão de Marion (2007, p.426), “A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que

entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro”.

Diante do exposto, a Demonstração Fluxo de Caixa é de grande importância para o desenvolvimento da empresa, por ser uma ferramenta gerencial que permite ao gestor ter um melhor acompanhamento de seus faturamentos.

De acordo com Ribeiro (2003), as vendas de mercadorias é a principal fonte de receitas das empresas comerciais. Assim como ocorrem com as compras, as vendas podem ser efetuadas à vista ou a prazo. Nas vendas à vista, a empresa recebe no ato da venda, e nas vendas a prazo ela passa a ter direito de receber em tempo futuro, o valor das mercadorias.

Assim, o faturamento se dá através das receitas que são decorrentes das atividades da empresa, ou seja, pelas vendas de mercadorias ou serviços a vista ou prazo.

Marion (2007, p. 427)

Propicia a DFC ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia tipicamente inflacionária não é aconselhável excesso de Caixa, mas o estritamente necessário para fazer face aos seus compromissos.

Diante do exposto, é através da DFC e de um bom planejamento financeiro, que se permite ao gestor acompanhar suas movimentações de caixa, antecipando a falta de recursos para pagar suas obrigações. O autor explica que num período inflacionário não aconselha ter excesso de caixa e sim o necessário para cobrir seus compromissos.

Percebe-se que, as vendas de mercadorias constituem a principal fonte de receitas das empresas comerciais. Como ocorrem com as compras, as vendas podem ser efetuadas à vista ou a prazo. Nas vendas à vista, a empresa recebe no ato da venda o valor das mercadorias, e nas vendas a prazo ela passa a ter direito de receber, futuramente, o valor das mercadorias transacionadas.

2.3.7 Obrigatoriedade da DFC

A Lei de nº. 11.638, de 28 dezembro de 2007, alterou o dispositivo do artigo 176 da Lei nº. 6.404/76, incluindo os itens IV e V, que tornam obrigatória a elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Na mesma Lei, no seu § 6º, aborda sobre o seguinte: “A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa”.

De acordo com a lei só será obrigado a elaboração e a publicação da DFC para as companhias de capital com o valor superior ao supracitado.

A DFC não é obrigada a ser divulgada, depende e varia de empresas que voluntariamente as divulgam Iudicibus, Martins e Gelbcke (2007)

2.3.8 A DOAR versus a DFC

Padoveze (2007), diz que a DOAR e a DFC são demonstrativos complementares, pois a DOAR mostra de formar mais detalhada a posição financeira e suas provisões futuras, com o grau de conhecimento mais elevado, já a DFC tem uma visão melhor, é de fácil entendimento, ou seja, para aquele não familiarizado com a contabilidade.

Diante do exposto, Marion (2007) apresenta as vantagens e desvantagens entre esses demonstrativos, conforme quadro 1.

Quadro 1
DOAR versus DFC

DFC	DOAR
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A DFC é considerada mais fácil do que a DOAR, principalmente quando é realizada pelo método direto; ▪ A DFC pelo método indireto é considerada mais complicada pelos leigos, é comparado com a DOAR; ▪ A DFC por ser mais clara e breve, tem um melhor entendimento pelos os usuários; ▪ A DFC é vista como importante ferramenta gerencial, e principalmente a curto prazo, pois a mesma mostra a posição financeira do caixa da empresa ▪ A DFC esclarece situações que venha ser discutida na empresa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O método indireto traz vantagens em relação a DOAR, como capital circulante líquido; ▪ Tem um melhor entendimento na política das origens e recursos ▪ A DOAR têm informação que não consta nas outras demonstrações ▪ É mais abrangente do que a DFC, por mostrar diferenças na posição financeira; ▪ A DOAR tem recursos por meio de financiamento a longo prazo;

Fonte: Adaptado de Marion (2007)

Iudicibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 441) “diferentemente da DOAR, em que os recursos são evidenciados em termos de suas origens e aplicações, o formato adotado para a DFC é o de classificação das movimentações de caixa por grupo de atividades”

“O fluxo de caixa é mais fácil de ser assimilado pelos usuários não muito afeitos à técnica contábil, enquanto a demonstração das origens e aplicações de recursos tem uma apresentação mais próxima para os administradores com maior grau de conhecimento da ciência contábil.” (PADOVEZE, 2007, p.80)

Por meio destas afirmações, constata-se que, comparando a DFC com a DOAR, existem vários caminhos para se tomar a melhor decisão em relação à empresa, assim permitindo que os gestores avaliem de modo geral, seus relatórios contábeis assim escolhendo qual demonstrativo se adapta mais com a empresa.

2.3.9 Objetivo e Finalidade da DFC

O Fluxo de caixa tem como objetivo, informar a origem de todas as operações que são realizadas pela empresa.

“O objetivo primário da demonstração dos Fluxo de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.”(Iudicibus, Martins e Gelbcke , 2007p.440)

Ainda conforme Iudicibus, Martins e Gelbcke, “A DFC, tem a finalidade de fornecer aos investidores informações futuras sobre o caixa da empresa, como também uma visão ampla dos compromissos que a empresa tem que honrar”. Entende-se assim, que o objetivo e a finalidade da DFC, é fornecer informações que se possa acompanhar a situação financeira, mostrando a capacidade que a empresa tem para cobrir seus compromissos a curto ou a longo prazo.

Silva (2005, p. 19) cita demais objetivos do fluxo de caixa:

Planejar as necessidades de captação de recurso de maneira a preservar a liquidez;

Fornecer recurso para a realização das transações definidas no planejamento financeiro;

Pagar as obrigações dentro do vencimento;

Aplicar de forma eficaz os recursos disponíveis, entretanto, sem comprometer a liquidez;

Planejar e controlar os recursos financeiros, utilizando: - análise e controle das atividades de planejamento de vendas e despesas; análise para as necessidades de capital de giro; prazos médios de contas a receber, a pagar, estoques etc.

Verificar as fontes de créditos onerosas de maneira a minimizar o custo de seu uso.

Dessa maneira, o fluxo de caixa, tem como objetivo, fornecer, planejar todas as entradas e saídas diárias, podendo assim, honrar seus compromissos com maior eficiência.

2.4 Regime de Caixa

O regime de caixa, é uma forma fácil de contabilizar as receitas e despesas do exercício, é um meio que a contabilidade usa para auxiliar e realizar seu fluxo de caixa, como ferramenta de decisão. IUDÍCIBUS e MARION (2008)

A administração financeira adota o regime de caixa para planejar e controlar as necessidades e sobras de caixa e apurar o resultado financeiro (superávit ou déficit de caixa). No regime de caixa, as receitas são reconhecidas no momento em que são recebidas as despesas, no momento em que são pagas. (SILVA, 2005, p. 18)

Percebe-se, que o fluxo de caixa é elaborado com base no regime de caixa e não pelo de competência, por meio de ser contabilizado só as despesas e receitas que passam pelo caixa, ou seja, todos os bens, direitos e obrigações. Assim consentindo, apurar tudo o que for recebido ou pago durante o exercício financeiro. “É exatamente a Técnica do Regime de Caixa que dá base para a estruturação de um instrumento indispensável para tomar decisões para todos os tipos de empresa: Demonstração do Fluxo de Caixa” Iudícibus e Marion (2008, p. 110).

2.5 Importância do Fluxo de Caixa

É de suma importância, o Fluxo de Caixa em uma empresa, pois é através dele que o setor financeiro, ver antecipadamente o controle dos ingressos e desembolsos, assim se programando para cobrir seus compromissos nas respectivas datas de vencimento sem comprometer o caixa.

Segundo Silva (2005, P. 11) “é possível, através da elaboração do fluxo de caixa, verificar e planejar eventuais excedentes e escassez de caixa, o que provocará medidas que venham sanar tais situações [...]” conforme exposto, o caixa é a peça-chave do setor financeiro, é através dele que se pode tomar decisões certas, pois ele mostra a disponibilidade imediata. O Fluxo de Caixa pode ser uma referência de gestão, é preciso ter que seus resultado esteja entre as tomadas de decisões e o seu nível de liquidez.

2.6 Planejamento do Fluxo de Caixa

Para uma boa administração de caixa, deve-se começar com um bom planejamento, onde se permite ter informações sobre os saldos de caixa da empresa. Com o planejamento de caixa, a empresa terá menos incerteza, o propósito do planejamento do Fluxo de Caixa é reduzir os custos e gerar lucro.

Zdanowicz (2000, p. 125) define que "o processo de planejamento do fluxo de caixa da empresa consiste em implantar uma estrutura de informações útil, prática e econômica".

Conforme abordado, deve-se planejar e executar o caixa, para que contribua com informações úteis e seguras, pois vista que é de grande valia na tomada de decisões da empresa.

As funções do administrador financeiro são:

- Fazer análise dos registros e demonstrativos contábeis;
- Fazer a elaboração do fluxo de caixa, com o propósito de antecipar problemas futuros;
- Fornecer informações precisa que contribua para tomadas decisões.
- Realizar orçamento financeiro tanto a curto com a longo prazo.

Percebe-se que, o administrador financeiro, tem a função de analisar, realizar e fornecer informações que traga contribuições de melhorias para as tomada de decisões

2.7 Fluxo de Caixa Diário versus Fluxo de Caixa Mensal

O fluxo de caixa diário é de responsabilidade do setor financeiro, pois ele gera informações que permite mostrar a situação da empresa como os pagamentos e recebimentos instantâneos, interligando a contabilidade com a tesouraria, visto que o demonstrativo diário pode ser extraído do sistema contábil da empresa. (PADOVEZE, 2007)

"O fluxo de caixa mensal relaciona-se com as movimentações mensais das demais contas da companhia, e dessa forma é elemento fundamental para o acompanhamento e controle dos recursos da empresa, junto com o balanço patrimonial e a demonstração de resultados". (PADOVEZE, 2007 p. 80)

Diante da situação, O fluxo mensal é importante quanto o fluxo diário, permitindo ao gestor ter uma visão mensal que envolve o conjunto de todas as contas da empresa, já no que se

trata ao fluxo diário, é onde o administrador realiza um acompanhamento das receitas e despesas.

2.8 Utilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A utilidade da Demonstração de Fluxo de Caixa é de informar a posição financeira, bem como a utilização de como foram pagos seus compromissos sem que o caixa seja afetado.

Weygandt, Kieso e Kimmel (2005, p.650) descrevem que:

As informações em uma demonstração de fluxos de caixa devem auxiliar os investidores, credores e outros a avaliar os vários aspectos da posição financeira da empresa: 1. A capacidade da entidade de gerar fluxos de caixas futuros. 2 a capacidade da entidade de pagar dividendos e cumprir as obrigações. 3 Os motivos da diferença entre líquido e o caixa líquido provenientes das atividades operacionais. 4 As transações de financiamento e investimento de caixa durante o período.

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta à situação caixa da empresa. Todos os setores devem ter interesses no demonstrativo, visando se a empresa tem caixa suficiente para cobrir suas obrigações com empregados, clientes, acionistas, enfim a utilidade é de planejar e administrar durante determinado período os interesses da empresa

2.9 Classificação do Fluxo de Caixa por Atividades

O relatório de fluxo de caixa divide em grupos de atividades, operacionais, investimentos e financiamento. Assim relata Padoveze (2007, p. 81):

Atividades Operacionais: o segmento das atividades operacionais é composto em sua totalidade da acumulação dos dados de recebimento e pagamento oriundos da demonstração de resultados. São os gastos e receitas das atividades de industrialização e comercialização dos produtos ou serviços da empresa

Atividades de Investimentos: o segmento das atividades de investimentos leva-nos aos dados do ativo permanente ou do realizável a longo prazo, enfocando o conceito de ativo como aplicação de recursos.

Atividade de Financiamento: o segmento das atividades de financiamento leva-nos aos dados do Exigível a Longo Prazo e do Patrimônio Líquido, enfocando o conceito de passivo como fontes de recursos.

Assim, os elementos que compõem a DFC, têm suas respectivas classificações que servem para separar e classificar cada conta, pagamentos, gastos e recebimento, em determinado tempo nas respectivas atividades.

2.10 Fatores e Transações do caixa e a importância do Cash Management

Quanto à elaboração do fluxo de caixa, é de fundamental importância saber os fatores (internos e externos) que afetam o resultado financeiro da empresa. Na ótica de Silva. Este autor acrescenta ainda que “ocasiona diferenças acentuadas entre o previsto e o realizado, comprometendo a eficácia do sistema, bem como sua liquidez”. (SILVA, 2005, p.13)

Os fatores internos são: aumento no prazo de vendas concedido como uma maneira de aumentar a competitividade ou da participação no mercado; compras que não estão em linha com as projeções de vendas; ciclo de produção muito longos que não estão em consonância como prazo médio dados pelos fornecedores, etc. Os fatores externos são: diminuição de vendas em decorrência de retração do mercado; novos concorrentes; mudanças na alíquota de impostos; aumento do nível de inadimplência. (SILVA, 2005, p. 13)

Por sua vez, esses fatores devem estar ligados com a administração financeira, onde se possa ter uma melhor relação com esses fatores, evitando assim, não tomar decisões que afete a saúde financeira. Diante disso, ter uma análise total sobre o caixa, só trará melhorias quanto aos negócios da empresa.

As transações que aumentam o caixa são os ingressos das entradas de dinheiro em qualquer período e, as transações que diminuem são os desembolsos, ou seja, são as saídas de dinheiro do caixa ou banco. As principais estão relacionadas no quadro 1.

Quadro 2

Fatores que aumentam e diminuem o disponível

Aumentam o Caixa	Diminuem o Caixa
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integralização do Capital pelos Sócios ou Acionistas ▪ Empréstimos Bancários e Financiamentos ▪ Vendas de Itens do Ativo Permanente ▪ A Vista e Recebimento de Duplicatas a Receber ▪ Outras Entradas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pagamentos de Dividendos ou Acionistas ▪ Pagamentos de Juros e Amortização da Dívida ▪ Aquisição de Item do Ativo Permanente ▪ Compras a vista e Pagamentos de Fornecedores <p>Pagamentos de Despesa/Custo, Contas a Pagar e Outros.</p>

Fonte: adaptado de MARION (2007).

Os fatores que afetam diretamente o disponível são comuns no habitual das organizações. O comportamento destes é verificado na figura 1.

AS TRANSAÇÕES DO CAIXA

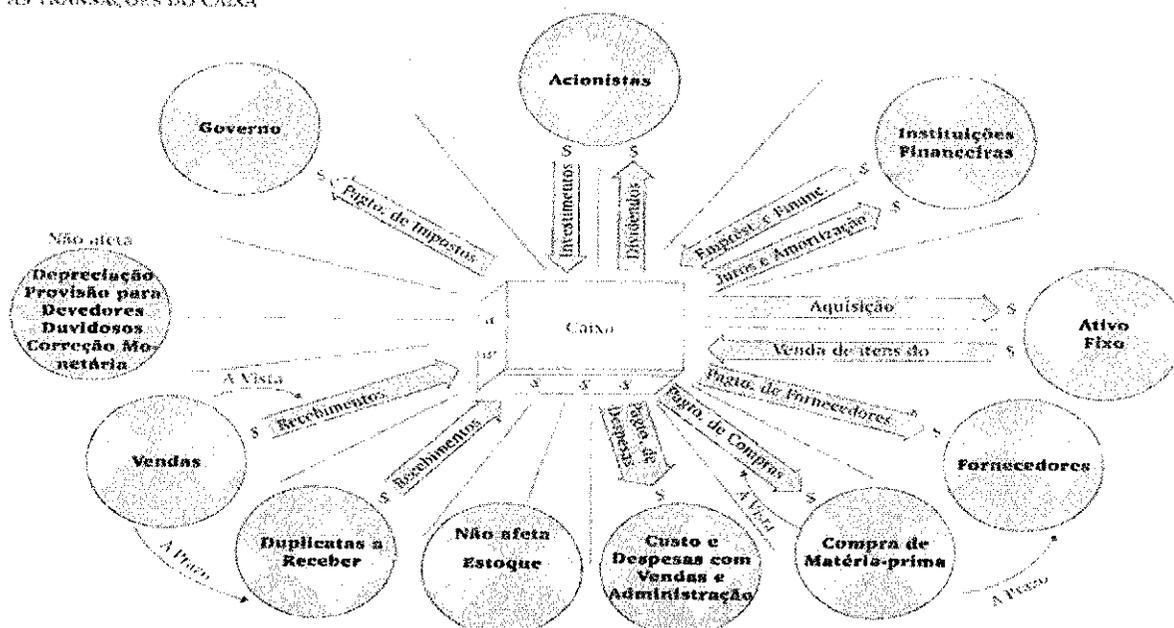


Figura 1 - Transações do caixa

Fonte: MARION (2007)

Visto que o caixa é o setor mais afetado nas organizações, se faz necessário ter uma visão ampla a seu respeito. Por sua vez, o *Cash Management* (Gerência de dinheiro) é uma ferramenta que visualiza todo o fluxo da empresa, para que essa ferramenta seja útil para empresa é importante que o gestor esteja atento para alguns pontos, assim relata Silva (2005, p.14).

- Conhecimento geral do caixa do ponto de vista dos negócios;
- Definição do perfil de investimentos que a empresa deseja operar;
- Transmissão da importância do fluxo de caixa como instrumento gerencial da empresa para todos os executivos, pois muitos não têm essa visão;
- Elaboração do fluxo de caixa com a participação de todas as áreas, ou seja toda empresa deve estar comprometida com a seriedade das informações passadas para a Tesouraria, etc.

Assim sendo informações do *cash management*: os princípios, fluxo de informações, estrutura de capital, investimentos e captação, análise das receitas e despesas operacionais, etc.

2.11 Preparação da Demonstração do Fluxo de Caixa

A preparação dessa demonstração é elaborada diferente das outras, já que não pode ser realizada através de um simples balancete, pois ele não tem informações necessárias para elaborá-la. A DFC precisa de informações mais precisas que detalhe a situação financeira.

Weygandt, Kieso e Kimmel (2005, p.652) dizem que "as informações para a preparação dessa demonstração geralmente têm origem em três fontes":

Balanco patrimonial comparativo – as informações nessa demonstração mostram o montante das alterações nos ativos, no passivo e no patrimônio líquido do inicio ao fim do periodo.

Demonstração de resultado corrente – as informações nessa demonstração ajudam ao leitor a determinar o montante de caixa proveniente ou utilizado pelas operações durante o periodo.

Informações adicionais – as informações adicionais incluem dados de transações que são necessários para se determinar como o caixa foi fornecido ou utilizado durante o periodo..

De acordo com o exposto, para se elaborar a DFC, é indispensável informações úteis e objetivas que mostrem as transações utilizadas pelo caixa durante o periodo.

2.12 Métodos de Elaboração do Fluxo de Caixa

De acordo com Iudicibus, Martins e Gelbcke (2007), a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser elaborada o modelo direto ou indireto, ficando a critério e interesse dos usuários.

2.12.1 Método Direto

A DFC, elaborada pelo método direto expõe toda a movimentação dos recebimentos e pagamentos realizados pelas atividades operacionais da empresa, mostrando suas modificações ocorridas em cada conta.

"A idéia desse método é apurar e informar as entradas e saídas de caixa das atividades operacionais por seus volumes brutos" (Iudicibus, Martins e Gelbcke, 2007, p.446)

Para elaboração pelo método direto, se faz necessário ter a participação e união com outras demonstrações: como o Balanco Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados ou da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. (UNITINS, 2008). O quadro 3 segue o Modelo da DFC pelo método direto, segundo o Modelo internacional.

Quadro 3
Modelo da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto

		(Em milhares de \$)	
Atividades Operacionais		X2	X1
Recebimento de clientes		X	X
Pagamento de fornecedores		(X)	(X)
Recebimentos de outros ativos circulantes		(X)	(X)
Pagamento de salários		(X)	(X)
Pagamento de despesas a pagar		(X)	(X)
Pagamento de despesas antecipadas		(X)	(X)
Recebimento de juros		X	X
Pagamento de juros		(X)	(X)
Recebimento de dividendos		X	X
Outros recebimentos		X	X
Outros pagamentos		(X)	(X)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) Pelas Atividades Operacionais		X	X
Atividades de Investimentos			
Investimento no realizável a longo prazo		(X)	(X)
Outros investimentos de longo prazo		(X)	(X)
Investimentos no imobilizado		(X)	(X)
Investimentos no diferido		(X)	(X)
Investimentos em participações societárias		(X)	(X)
Outros investimentos de permanentes		(X)	(X)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) Pelas Atividades de Investimento		(X)	(X)
Atividades Financeiras			
Aumento de capital		X	X
Captação de longo prazo		X	X
Pagamentos e empréstimos		(X)	(X)
Pagamentos de dividendos e outros s/ o capital próprio		(X)	(X)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) Pelas Atividades de Financiamento		X	X
Variação Líquida do Caixa		XX	XX
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais		XX	XX
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais		XX	XX

Fonte: Manual de contabilidade das sociedades por ações 2007 p. 496.

2.12.2 Método Indireto

Apresenta-se que diferença entre o método indireto e método direto, é só nas atividades operacionais, que mostra de forma indireta o lucro líquido do exercício, quanto às atividades de investimento e financiamento são iguais.

Segundo Marion (2007, p. 431), o método indireto “é estruturado por meio de um procedimento semelhante ao da DOAR podendo mesmo ser considerado como uma ampliação da mesma”.

Diante do exposto, a DFC quando realizada pelo método Indireto é semelhante a DOAR, por isso que muito dos usuários não pretendem adotar esse método, já quando elaborada pelo método direto, apresenta de forma clara e ampla as entradas e saídas no caixa. No quadro 4 segue o modelo da DFC pelo método indireto

Quadro 4
Modelo da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto
(Em milhares de \$)

Atividades Operacionais	X2	X1
Lucro líquido	X	X
Ajustes ao lucro	X	X
Depreciação	(X)	(X)
Lucro na venda de imobilizado	(X)	(X)
Despesas financeiras de longo prazo	(X)	(X)
Resultado de equivalência patrimonial	(X)	(X)
Investimentos de curto prazo	(X)	(X)
Variação das contas a receber	(X)	(X)
Variação da PCLD	(X)	(X)
Variação dos estoques	(X)	(X)
Variação das despesas antecipadas	(X)	(X)
Variação de outros ativos circulantes	X	X
Variação de salários a pagar	X	X
Variação de fornecedores	X	X
Variação de despesas a pagar	X	X
Variação da provisão para IR e CS	X	X
Variação de outros passivos circulantes	X	X
Caixa Líquido Gerado (Consumido) Pelas Atividades Operacionais	X	X
Atividades de Investimentos		
Investimento no realizável a longo prazo	(X)	(X)
Outros investimentos de longo prazo	(X)	(X)
Investimentos no imobilizado	(X)	(X)
Investimentos no diferido	(X)	(X)
Investimentos em participações societárias	(X)	(X)
Outros investimentos de permanentes	(X)	(X)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) Pelas Atividades de Investimento	(X)	(X)
Atividades Financeiras		
Aumento de capital		
Captação de longo prazo	X	X
Pagamentos e empréstimos	X	X
Pagamentos de dividendos e outros s/ o capital próprio	(X)	(X)
	(X)	(X)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) Pelas Atividades de Financiamento	X	X
Variação Líquida do Caixa	XX	XX
Caixas mais Equivalentes de Caixa Iniciais	XX	XX
Caixas mais Equivalentes de Caixa Finais	XX	XX

Fonte: Manual de contabilidade das sociedades por ações, 2007 p. 495.

Com base em todo o referencial teórico exposto, necessita-se verificar na prática como funciona nas empresas. O próximo capítulo, que se refere à análise dos dados, revela a importância deste estudo.

3 – ESTUDO DE CASO

3.1 Caracterização da Empresa

O objeto deste estudo tem como razão social a “Empresa Caicó Diesel LTDA”, formada por um grupo familiar, onde os membros desempenham funções administrativas. O contrato social foi registrado em 01 de Março de 1980, portanto esta empresa varejista atua no mercado há 28 anos, comercializando peças e acessórios novos para veículos automotores.

A empresa está localizada na cidade de Catolé do Rocha – PB, e é classificada como de pequeno porte, conforme a Lei Complementar 123/2007. Seu capital social está escriturado em R\$ 20.000,00 (Vinte Mil reais), dividido em três quotas com o valor unitário estimado de R\$ 6.666,66 (seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) pertencentes aos três sócios em partes iguais. No quadro funcional existem três funcionários, desempenhando as funções de: sócio-gerente, auxiliar de escritório e vendedor. Conforme informações colhidas durante a entrevista, constatou-se que a empresa não mantém escrita contábil, portanto o controle financeiro da organização de pequeno porte é feita através do livro caixa, conforme enfatizou o sócio-gerente. Para melhores esclarecimentos, se faz necessário conhecer maiores detalhes sobre as atividades operacionais.

3.2 Atividades Operacionais

Como a atividade fim da empresa é a comercialização de peças e acessórios automotores, a receita principal é representada pelas vendas dessas mercadorias à vista. A tabela 1 revela o faturamento mensal no ano de 2007.

Tabela 1
Faturamento à vista em 2007.

Meses:	Faturamentos:
Jan	R\$ 15.671,70
Fev	R\$ 16.831,90
Mar	R\$ 18.439,10
Abr	R\$ 19.929,10
Mai	R\$ 16.973,15
Jun	R\$ 14.361,90
Jul	R\$ 18.826,90
Ago	R\$ 19.334,40
Set	R\$ 21.768,40
Out	R\$ 21.628,20
Nov	R\$ 17.169,10
Dez	R\$ 14.704,20
Total	R\$ 215.638,05

Fonte: Pesquisa realizada, 2008

De acordo com os dados desta tabela, pode-se determinar a média de faturamento que é de R\$ 17.969,84 (Dezessete mil e novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos). Não foram consideradas as vendas a prazo na formação desses valores, porém, conforme o princípio utilizado na formação do saldo de caixa, os valores referentes a estas vendas a prazos, são lançadas na data do recebimento dos respectivos valores.

Foi realizada uma análise em relação ao livro caixa da empresa, para coletar informações quanto às atividades operacionais, onde constatou-se que a movimentação do caixa não é contabilizada conforme deveria. Os saldos finais encontrados no livro caixa estão demonstrados no gráfico 1 a seguir.

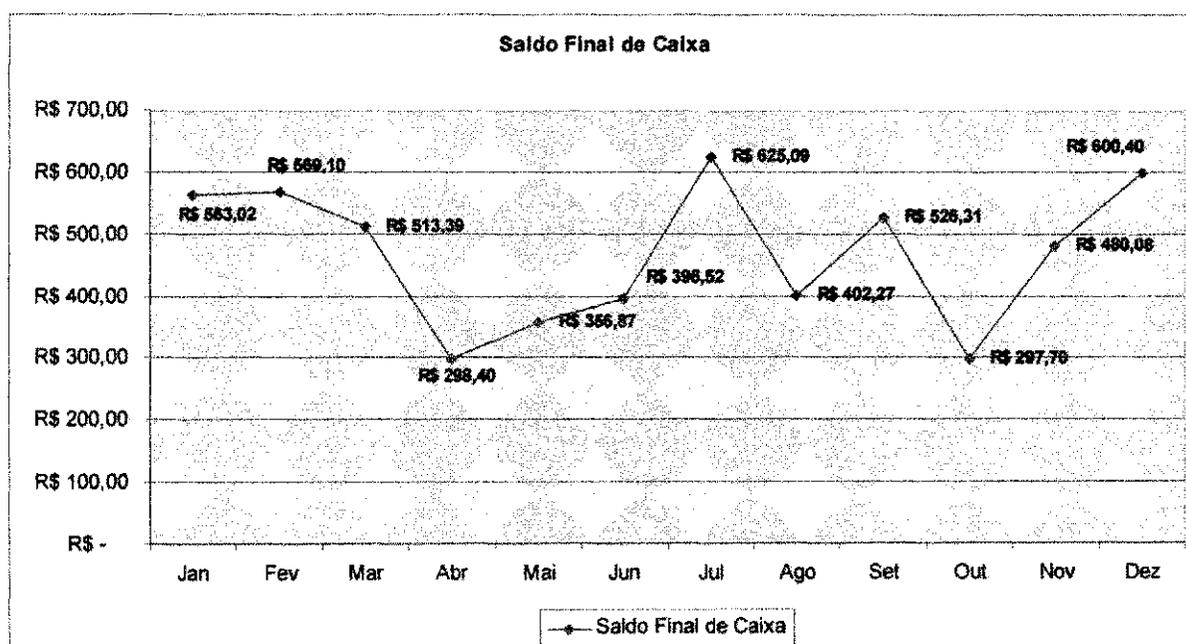


Gráfico 1 - Saldo Final de Caixa

Fonte: Pesquisa, 2008

De acordo com o gráfico 1 elaborado a partir das informações do livro caixa da empresa, estes são os saldos finais encontrados no período de janeiro a dezembro de 2007, não foi disponibilizado dados referentes aos saldos de banco, impossibilitando uma análise mais detalhada. Através da análise do referido gráfico, pode afirmar que o saldo de caixa variou bastante durante o período avaliado, a média ficou em R\$ 469,10 (quatrocentos e sessenta e nove reais e dez centavos) e o desvio padrão foi de: R\$ 115,44 (cento e quinze reais e quarenta e quatro reais).

Para atingir o objeto deste trabalho, foram coletados dados referentes ao controle realizado no Livro Caixa desta organização, neste sentido foram identificadas as rubricas que compõe este livro. Estas informações estão sintetizadas no quadro adiante..

Quadro 5
Atividades operacionais conforme os registros do livro caixa

Atividades:	Sim	Não
Recebimento de clientes	X	
Pagamento de fornecedores	X	
Recebimentos de outros ativos circulantes		X
Pagamento de salários	X	
Pagamento de despesas a pagar		X
Pagamento de despesas antecipadas		X
Recebimento de juros		X
Pagamento de juros		X
Recebimento de dividendos		X
Outros recebimentos		X
Outros pagamentos		X

Fonte: Pesquisa realizada, 2008.

Como mostra o quadro 5, das atividades operacionais representadas pelas contas acima, apenas três são evidenciadas no seu livro caixa. As demais, aproximadamente 73% (setenta e três por cento) delas, não são lançadas. Isto pode comprometer o controle financeiro desta organização, e conseqüentemente o processo de tomada de decisão, haja vista que este é a única ferramenta de controle desta organização.

Segundo o gestor as informações declaradas no livro caixa são fidedignas. Todavia percebe-se uma grande limitação, visto que não se pode tomar decisão com base em informações do disponível (caixa, bancos e aplicação financeira de curto prazo). Segundo o entrevistado a empresa não dispõe de aplicação financeira.

Verificou-se também que a empresa não possui atividades de financiamento e investimento. Mesmo com esta limitação, verifica-se a importância de se elaborar o fluxo de caixa mais completo, visto que as atividades operacionais precisam ser bem controladas e, posteriormente, podem contribuir para decisões futuras de investimento e financiamento. A seguir verifica-se o estudo no controle financeiro da empresa.

3.3 Controle financeiro

Através dos dados coletados e analisados por meio de uma entrevista semi-estruturada com o setor responsável, que abordaram o questionamento sobre as informações geradas pelo setor financeiro. Além disso, foi analisado o livro caixa, bem como seu movimento no período de janeiro a dezembro de 2007.

Questionado sobre a contabilidade e as demonstrações financeiras, foi informado que a empresa não possui registros contábeis, sendo assim, não há possibilidade de elaboração

de qualquer relatório contábil. Neste sentido, o processo decisório pode ficar comprometido por esta ausência de informações. O entrevistado relatou a importância de ter conhecimento de todos os demonstrativos financeiros, apesar da empresa não possuir nenhuma, mas sabe que é através delas que pode-se elaborar um melhor planejamento em termo da situação financeira da empresa, bem como utilizar essas peças no auxílio a tomada de decisões.

Na questão 2 que trata se a empresa atualmente faz uso de alguma demonstração contábil que auxiliem nas tomadas de decisões, foi respondido que não, pois ele relatou que por ser uma Empresa de Pequeno Porte EPP, de grupo familiar, suas decisões são feitas pelos próprios proprietários.

Quanto ao objetivo do fluxo de caixa, que é a visão geral de todas as entradas e saídas diárias, teve como comentário, pouco conhecimento na sua importância, mais com o pouco o sobre fluxo de caixa sabia que esse instrumento trazia melhorias para empresa.

Foi questionado sobre as vantagens que o fluxo caixa oferece, se a empresa tinha perspectiva de implantá-lo. De acordo com ele, esta seria mais uma opção ofertada pelo estudo, podendo assim ter perspectiva de implantá-lo, já que a empresa não faz uso de nenhuma ferramenta gerencial.

Com base nestas informações foi necessário analisar os documentos para detectar até que ponto trazia informações eficazes para o controle financeiro elaborar a demonstração do fluxo de caixa mensal na Empresa Caicó Diesel – LTDA, baseando-se nas atividades ocorridas no ano de 2007. Conforme quadro 6 os recebimentos e desembolsos registrados no livro caixa são os seguintes.

Quadro 6
Contas do Livro Caixa da Empresa.

RECEBIMENTOS	DESEMBOLSOS
Vendas de Mercadoria	Pag. de Fornecedores
Devolução de Mercadoria	Pag. de Icms – subst.
	Pag. Icms Parcelado em estoques.
	Pag. Pró-labore
	Pag. Salários a funcionários
	Pag. Fgts
	Pag. DARF/Matriz
	Pag. Taxa de proc. Desp. Publica (FAC)

Fonte: Pesquisa, 2008

Com relação ao controle de contas a receber, constatou-se que as vendas a prazo não são contabilizadas pela empresa, por falta de controle e planejamento, o que poderia trazer melhorias para o planejamento financeiro.

No que se refere ao controle de contas a pagar, a empresa não tem controle de outras despesas no livro caixa como: pagamento de água, energia elétrica, internet, material de escritório, telefone, etc deixando assim de contabilizar essas despesas, onde as mesmas podem afetar significativamente o disponível Sugere-se implantar uma planilha ou *software* específico como o propósito de auxiliar ao controle das finanças, a ter um controle de todos seus clientes, em caso de atraso ou antecipação de pagamento, permitindo fazer um acompanhamento mensal ou semanal.

Ao discutir sobre este assunto com o entrevistado foi sugerido um relatório ou uma planilha emergencial no intuito realizar e ter esse acompanhamento, impedindo aumento de inadimplência nas contas a receber, evitando-se investimentos maiores. Com base nas informações fornecidas pelo entrevistado referentes as contas a receber, esse modelo proposto, pode ser visto no quadro 7.

Quadro 7
Modelo Proposto de Contas a receber

CLIENTES	Total a receber	Parcelas a vencer	Atraso com até 30 dias	Atraso até com 60 dias
1				
2				
3				
4				
5				
Total				
%				

Fonte: Elaboração própria (2008)

Com relação ao controle de contas a pagar, verifica-se que a empresa trabalha com um *software* de controle no que se refere aos fornecedores a pagar. Controla todos seus compromissos através dessa ferramenta, evitando assim multas e qualquer atraso com seus fornecedores. Segue na figura 2 o modelo do controle de contas pagas usada pela empresa, referente ao ano de 2007.

Calcó Diesel Ltda - Filial

Emissão: 08/12/2008

Página: 1

Relatório Sintético de Contas Pagas
Em Ordem De Emissão

De 01/01/2007 até 31/12/2007

Documento	Emissão	Vencimento	Nome do Fornecedor	Valor	Valor Brutos	Saldo Pago	
422550A	03/01/2007	26/01/2007	VANZIN	367,48	367,48	0,00	-3
422550B	03/01/2007	27/02/2007	VANZIN	463,00	463,00	0,00	6
422550C	03/01/2007	29/02/2007	VANZIN	463,00	463,00	0,00	-1
Total do Dia:				1.493,48	1.493,48	0,00	
35555002	05/01/2007	14/02/2007	SAMA	290,12	290,12	0,00	6
35555001	05/01/2007	05/02/2007	SAMA	290,15	290,15	0,00	6
35555004	05/01/2007	06/02/2007	SAMA	290,12	290,12	0,00	-21
35555005	05/01/2007	18/02/2007	SAMA	290,12	290,12	0,00	-11
35555007	05/01/2007	05/04/2007	SAMA	290,12	290,12	0,00	-18
35555006	05/01/2007	26/03/2007	SAMA	290,12	290,12	0,00	-1
35555003	05/01/2007	26/02/2007	SAMA	290,12	290,12	0,00	6
Total do Dia:				1.960,97	1.960,97	0,00	
853753B	05/01/2007	15/02/2007	FURACAO	267,97	267,97	0,00	-2
2998298423	05/01/2007	09/04/2007	FURACAO	267,97	267,97	0,00	-14
2998298415	05/01/2007	29/03/2007	FURACAO	267,97	267,97	0,00	-1
2998298407	05/01/2007	19/03/2007	FURACAO	267,97	267,97	0,00	-8
2998298399	05/01/2007	09/03/2007	FURACAO	163,25	163,25	0,00	-18
853753C	05/01/2007	27/02/2007	FURACAO	267,97	267,97	0,00	6
853753A	05/01/2007	07/02/2007	FURACAO	267,97	267,97	0,00	6
853753D	05/01/2007	09/03/2007	FURACAO	104,72	104,72	0,00	-18
Total do Dia:				1.872,77	1.872,77	0,00	
430049M-A	09/01/2007	27/02/2007	AUTO NORTE	249,00	249,00	0,00	6
430049M	09/01/2007	06/02/2007	AUTO NORTE	261,45	261,45	0,00	6
430049M	09/01/2007	13/02/2007	AUTO NORTE	263,96	263,96	0,00	6
430049M-A	09/01/2007	20/02/2007	AUTO NORTE	261,00	261,00	0,00	-1
430049M-B	09/01/2007	13/02/2007	AUTO NORTE	249,00	249,00	0,00	-14
430049M-B	09/01/2007	20/02/2007	AUTO NORTE	261,00	261,00	0,00	-7
Total do Dia:				1.632,41	1.632,41	0,00	
102314642	11/01/2007	20/02/2007	ROCHESTER	194,16	194,16	0,00	-1
2314641	11/01/2007	10/02/2007	ROCHESTER	193,63	193,63	0,00	-2
102314641	11/01/2007	10/02/2007	ROCHESTER	262,16	262,16	0,00	-2
2314642	11/01/2007	20/02/2007	ROCHESTER	193,63	193,63	0,00	-1
102314643	11/01/2007	02/03/2007	ROCHESTER	194,16	194,16	0,00	-23
2314643	11/01/2007	02/03/2007	ROCHESTER	193,63	193,63	0,00	-23
Total do Dia:				1.031,35	1.031,35	0,00	
55570001	12/01/2007	12/02/2007	SAMA	404,21	404,21	0,00	6
55570003	12/01/2007	12/04/2007	SAMA	404,21	404,21	0,00	-11
55570002	12/01/2007	13/02/2007	SAMA	404,21	404,21	0,00	-14
Total do Dia:				1.212,63	1.212,63	0,00	
424237A	15/01/2007	14/02/2007	VANZIN	503,33	503,33	0,00	6
424237B	15/01/2007	15/02/2007	VANZIN	440,00	440,00	0,00	-11
424237C	15/01/2007	13/04/2007	VANZIN	440,00	440,00	0,00	-16
Total do Dia:				1.383,33	1.383,33	0,00	
431634M-A	16/01/2007	20/02/2007	AUTO NORTE	262,00	262,00	0,00	-7
431634M	16/01/2007	20/02/2007	AUTO NORTE	263,36	263,36	0,00	-1
2908098960	16/01/2007	15/02/2007	ABGA	819,93	819,93	0,00	6
2908098978	16/01/2007	17/02/2007	ABGA	737,03	737,03	0,00	-16
2908098903	16/01/2007	16/04/2007	SAMA	435,62	435,62	0,00	-7
2908098932	16/01/2007	15/03/2007	SAMA	435,62	435,62	0,00	-8
2908098901	16/01/2007	15/02/2007	SAMA	435,62	435,62	0,00	6
2908098956	16/01/2007	16/04/2007	ABGA	737,03	737,03	0,00	-7
Total do Dia:				4.125,11	4.125,11	0,00	
1033101	19/01/2007	16/02/2007	LUBRICO M COMERCIO E	208,66	208,66	0,00	6
1424733A2	19/01/2007	05/02/2007	VANZIN	141,29	141,29	0,00	-7
1033102	19/01/2007	16/02/2007	LUBRICO M COMERCIO E	208,66	208,66	0,00	-11
1233103	19/01/2007	13/04/2007	LUBRICO M COMERCIO E	208,66	208,66	0,00	-16
Total do Dia:				767,29	767,29	0,00	
2322111	20/01/2007	21/02/2007	ROCHESTER	334,10	334,10	0,00	6
2322113	20/01/2007	02/04/2007	ROCHESTER	334,10	334,10	0,00	-21
2322112	20/01/2007	13/02/2007	ROCHESTER	334,36	334,36	0,00	-14
2322113-4	20/01/2007	23/02/2007	B SA	203,94	203,94	0,00	-4

Contas a Pagar e Receber

H&J Software Ltda.

Figura 2 - Relatório de contas pagas
Fonte: Empresa (2008)

No que se refere ao controle de contas a pagar, verifica-se que o controle de fornecedores é muito relevante para a gestão da empresa. Todavia, não consta controle no livro caixa referente as outras contas a pagar já descritas. É uma grande limitação neste aspecto. Sugere-se um controle mensal das despesas fixas a pagar, além dos fornecedores.

3.4 Controle do livro caixa X Informações para a DFC

Conforme verificado nos itens 3.2 e 3.3, a empresa não tem um controle financeiro do disponível eficaz para as tomadas de decisão, bem como para elaborar neste momento a demonstração do fluxo de caixa pelo método direto mensal, em virtude dos seguintes fatos:

Por não contabilizar as despesas existentes, como água, telefone, etc.;

Devido não ter controle de contas a receber, as vendas a prazo não são contabilizadas pela empresa, impossibilitando fazer projeções futuras;

Quanto as atividades operacionais da empresa são limitadas, vista que não fornece subsídios necessários para elaborar a DFC, etc.

O objetivo das informações do fluxo de caixa é de fornecer informações do disponível para tomada de decisão, que poderá ser de curto ou de curto e longo prazo, dependendo dos parâmetros adotados. Na pesquisa em questão sugere-se que sejam implantados inicialmente a contabilidade, que disponibiliza a elaboração de balancetes, onde o mesmo é de grande utilidade, o razão onde a empresa terá todas as informações das contas contábeis e as demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial e a DRE.

Posteriormente poderá implementar a demonstração do fluxo de caixa pelo método direto mensal, conforme modelo (quadro 3) adotado no referencial teórico. Com os devidos ajustes, poderá fazer um demonstrativo gerencial, como o fluxo de caixa projetado, auxiliando assim nas decisões de curto e longo prazo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa evidenciou - se a importância do desempenho financeiro dentro de uma empresa. A área financeira é a responsável pelo bom desenvolvimento, que a através dela surgem os sinais de como anda a situação.

Diante desse contexto, acredita-se, que o papel do administrador financeiro é essencial, ele é quem controla todas as ferramentas, podendo então controlar a empresa de forma eficaz.

O objetivo da pesquisa foi identificar as informações do controle financeiro do caixa que podem fornecer subsídios para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto em uma empresa de pequeno porte. Para atingir esse propósito, foram estudados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso.

Conforme as variáveis de investigação: Atividades operacionais; Atividades de investimento; Atividades de financiamento; Controle financeiro de contas a pagar; Controle financeiro de contas a receber; e, Controle do livro caixa versus informações para a DFC; foram detectados que a empresa estudada necessita de um controle financeiro mais eficiente. Acredita-se que através do controle é possível acompanhar de forma clara e objetiva a situação econômico-financeiro das empresas.

Por meio da análise do livro caixa, constatou-se que não estavam disponibilizados dados referentes aos saldos de banco, impossibilitando uma análise mais detalhada. Além disto, observando as atividades operacionais mais freqüentes da empresa, verificou-se que aproximadamente 73% (setenta e três por cento) delas, não são lançadas. Conclui-se que neste aspecto, esta inviabilidade pode comprometer o controle financeiro desta organização, e conseqüentemente o processo de tomada de decisão, haja vista que este é a única ferramenta de controle desta organização.

Com relação às atividades de financiamento e investimento, verificou-se a inexistência das mesmas. No que concerne ao controle de contas a receber, constatou-se que as vendas a prazo não são contabilizadas pela empresa, por falta de controle e planejamento, o que poderia trazer melhorias para o planejamento financeiro. Já com relação às contas a pagar, a empresa não tem controle de outras despesas no livro caixa como: pagamento de água, energia elétrica, internet, material de escritório, telefone, etc. deixando assim de contabilizar essas despesas, onde as mesmas podem afetar significativamente o disponível.

As contribuições fornecidas pela empresa, ajudaram a identificar, a não contabilização dos registros devidos, assim, o caixa da empresa tem forte carência de conhecimento. Diante do exposto, nota-se que fica impossível ter uma visão mais adequada do negócio, bem como fazer projeções das suas atividades, onde se possam evitar problemas futuros que afete seus resultados.

Diante da entrevista desenvolvida pode-se identificar que a empresa não faz uso das demonstrações contábeis, visto que, sem a utilização das demonstrações fica impossível o gestor tomar decisões lógicas. Porém, para atingir um posicionamento eficaz a empresa precisa adotar o uso gerencial, como fator constitucional para seu crescimento.

A Demonstração do Fluxo de Caixa é considerada uma ferramenta, que permite ao gestor ter controle maior no que se faz referência ao disponível, ou seja, todos os recebimentos e pagamentos existentes na empresa.

Desta forma, sugere-se a implantação da contabilidade, controle de contas a receber e a pagar, fluxo de caixa mensal pelo método direto e o fluxo de caixa projetado por meio de planilhas e *softwares* especializados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 6.404 de 15 de Dezembro de 1976 (**Sociedade Por Ações**)

BRASIL, Lei nº. **11.368 de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em:
<http://www.leidireto.com.br/lei-11638>. Acesso em 26 set. 2008

BRASIL. Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp123.htm>>. Acesso em: 15 Setembro de 2008.

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos Fluxos de Caixa: Uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução do CFC - nº 686 de 14/12/1990 - NBC T 3

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de Contabilidade e normas brasileiras de Contabilidade**. CFC. Brasília, 1999.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CVM, **OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007**. Disponível em:
<http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFICIO-CIRCULAR-CVM-SNC-SEP-01_2007.asp#4.#4>. Acesso em 30 de outubro de 2008.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral** 23 ed. Atlas. São Paulo, 1997

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. Tradução Jacob Ancelevicz e Francisco José dos Santos Braga. 3.ed. São Paulo; Harbra, 1987.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **José Carlos Marion Curso de contabilidade para não contadores**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto R. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações – FIPECAFI**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____, MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

JACINTO, Roque. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Ática, 1990.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas/ Jorge Lopes** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 13. ed. – São Paulo: Atlas, 2007

NYAMA, Jorge Katrumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2007

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de; FARIA, Anderson de Oliveira; OLIVEIRA, Luís Martins de; ALVES, Paulo Sávio Lopes da Gama. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Luís Martins de. PEREZ Jr, José Hernandez, SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica** - 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

ORRÚ, Mussolini. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Scipione, 1990.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial fácil**. 15 ed. – São Paulo: Saraiva 2003.

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da Contabilidade**. Ed. Atlas São Paulo, 1998.

SANTOS, Cosme dos. **Guia prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC/ Curitiba: Juruá, 2005.**

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas**. São Paulo: Atlas, 2005

SIMPLES NACIONAL – SEBRAE, **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/customizado/lei-geral/lei-geral/simples-nacional-1>>. Acesso em: 19 de outubro de 2008

SOUZA, Antônio Carlos de. FIALHO, Francisco. OTANI, Nilo **TCC: Métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

UNITINS, Fundação Universidade do Tocantins. **Ciências Contábeis**. Fundação Universidade do Tocantins, EADCON. Palmas: Editora Educon, 2008.

WEYGANDT, Jerry J. **contabilidade financeira/ jerry J. Weygandt, Donald E. Kieso, Paul D. Kimmel**, tradutores Ezaneide Carvalho da Silva, José Luiz Paravato, revisores técnicos Jeane de Sousa Coutinho, Luiz Henrique Baptista Machado – Rio de Janeiro LTC, 2005

YOSHITAKE, Mariano. E HOJI, Masakazu. **Gestão de Tesouraria: controle e análise de transações financeiras em moeda forte**. São Paulo: Altas, 1997.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 5 ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1992.

_____; **Fluxo de Caixa**. 7 ed. Porto Alegre: Sagra, 1998.

_____; **Planejamento Financeiro e Orçamento**. 2.ed. Porto Alegre: Sagra, 1998.

_____; **Fluxo de Caixa: Uma decisão de planejamento e controle financeiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

Sites:

http://www.busca.sebrae.com.br/search?q=taxa+de+mortalidade+das+micro+empresas&entqr=3&getfields=&output=xml_no_dtd&sort=date%253AD%253AL%253Ad1&entsp=0&btnG.y=0&client=web_um&btnG.x=0&ud=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&proxystylesheet=sebrae2&site=web_all&filter=0&btnG.x=15&btnG.y=8#. Acesso em 28/11/2008.

APÊNDICE – A ENTREVISTA ELABORADA PARA A PESQUISA**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CEP: 58.802-180 – Sousa PB. Telefone: (83) 3522-1028

PESQUISA DE GRADUAÇÃO

**A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE O CONTROLE FINANCEIRO DO DISPONÍVEL ADOTADO E AS
INFORMAÇÕES CONCISAS PARA ELABORAÇÃO DA DFC:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE AUTO PEÇAS.
GRADUANDA: CARREIRO, GRAZIELLE DANTAS DE OLIVEIRA.**

E-mail: lelacatole@hotmail.com**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA****1.01. EMPRESA:**
_____**1.02. ENDEREÇO:**
_____**1.03. Tempo de atuação:** 1 a 5 anos 6 a 10 anos mais de 10 anos**1.04. Porte da empresa** Micro Pequeno Média Grande

2. QUESTÕES COMPREENSÃO DO GESTOR SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBIL
--

2.1 A contabilidade gera relatórios financeiros, os mesmo fornecem informações que apresenta subsídios a vários setores, é importante do ponto de vista ter uma melhor relação entre esses relatórios?

Sim _____

Não _____

2.2 A empresa faz uso de alguma demonstração contábil que auxilie na tomada de decisões?

Sim _____

Não _____

2.3 O objetivo do Fluxo de Caixa é a visão geral de todas as entradas e saídas diárias, A empresa tem conhecimento na importância do Fluxo de caixa?

Sim _____

Não _____

2.4 Dentro de várias vantagens que o Fluxo de caixa apresenta, a empresa tem perspectiva de implantá-lo?

Sim _____

Não _____

APÊNDICE – B CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

CNPJ: 08.494.403/0002-27
Inscr.Estadual (PB): 160395658
Razão Social: CAICO DIESEL LTDA
Nome Comercial: CAICO DIESEL LTDA ME
Data Fundação: 01/03/1980
Natureza Jurídica: 2062 - SOCIEDADE P/COTAS RESPONSABILIDADE LTDA.
Atividade Econômica Principal: - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
Endereço: AV MIN JOSE AMERICO 00349 Telefone: 83-4411071
 CORRENTE
 58884-000 CATOLE DO ROCHA / PB

Sócios / Administradores da Empresa

CPF/CNPJ	Nome	Participação
048.880.144-34	RAIMUNDO CARREIRO SOBRINHO	Vir: 33,34 %
Tipo de Relacionamento: SÓCIO Data Entrada: 12/03/1980 Data Saída: -		
Cargo de Direção: SOCIO ADMINISTRADOR		
218.351.284-91	MANOEL CARREIRO FILHO	Vir: 33,33 %
Tipo de Relacionamento: SÓCIO Data Entrada: 01/06/1981 Data Saída: -		
Cargo de Direção: SOCIO ADMINISTRADOR		
622.184.764-87	MARIA ALVES DA SILVA CARREIRO	Vir: 33,33 %
Tipo de Relacionamento: SÓCIO Data Entrada: 01/06/1981 Data Saída: -		
Cargo de Direção: SOCIO ADMINISTRADOR		

Fonte: Empresa Pesquisada, 2008

APÊNDICE – C Extrato do Faturamento Mensal emitido pela receita.

Devido à empresa em estudo antes não fazer parte do Simples – Nacional, os meses referente de Janeiro a Junho de 2007, fica sem o extrato emitido pela receita, pois a mesma só passou a ser Simples a partir de Julho de 2007. Segue os extratos emitidos pela receita referente de Julho/Dezembro. Saldos fornecidos pela empresa para simples conferência, referente aos meses de Janeiro á Junho.

Faturamento da Empresa no ano de 2007

Janeiro	15.671,70
Fevereiro	16.831,90
Março	18.439,10
Abril	19.929,10
Maiο	16.973,15
Junho	14.361,90

Fonte: Dados fornecido pela empresa, 2008

Extrato Simplificado - Simples Nacional

Período de Apuração: 07/2007

CNPJ Básico: 08.494.403

CNPJ Estabelecimento: 08.494.403/0002-27
Possui sublimite estadual: Sim
Sublimite de Receita Anual: R\$1.200.000,00

Receita informada		Valor devido (R\$)								
Tipo	Valor (R\$)	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ICMS	ISS	IPI	Total dos tributos
Receita de mercadorias	18.826,90	71,54	71,54	216,50	50,83	517,54	0,00	0,00	0,00	1.027,95
Receita de mercadorias para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas pelo contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	18.826,90	71,54	71,54	216,50	50,83	517,54	0,00	0,00	0,00	1.027,95

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSPO/pgdarf.app/Extrato.aspx>

19/05/2008

Extrato Simplificado - Simples Nacional

Período de Apuração: 08/2007

CNPJ Básico: 08.494.403

Receita informada		Valor devido (R\$)								
Tipo	Valor (R\$)	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ICMS	ISS	IPI	Total dos tributos
Revenda de mercadorias	19.334,40	73,47	73,47	222,34	52,20	634,18	0,00	0,00	0,00	1.055,66
Revenda de mercadorias para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas pelo contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	19.334,40	73,47	73,47	222,34	52,20	634,18	0,00	0,00	0,00	1.055,66

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSPO/pgdarf.app/Extrato.aspx>

19/05/2008

Extrato Simplificado - Simples Nacional

Período de Apuração: 09/2007

CNPJ Básico: 08.494.403

CNPJ Estabelecimento: 08.494.403/0002-27

Possui sublimite estadual: Sim

Sublimite de Receita Anual: R\$1.200.000,00

Receita informada		Valor devido (R\$)								
Tipo	Valor (R\$)	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ICMS	ISS	IPI	Total dos tributos
Revenda de mercadorias	21.768,40	82,71	82,71	250,33	58,77	714,03	0,00	0,00	0,00	1.186,55
Revenda de mercadorias para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas pelo contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	21.768,40	82,71	82,71	250,33	58,77	714,03	0,00	0,00	0,00	1.186,55

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSPO/pgdarf.app/Extrato.aspx>

19/05/2008

Extrato Simplificado - Simples Nacional

Período de Apuração: 10/2007

CNPJ Básico: 08.494.403

CNPJ Estabelecimento: 08.494.403/0002-27

Possui sublimite estadual: Sim

Sublimite de Receita Anual: R\$1.200.000,00

Receita informada		Valor devido (R\$)								
Tipo	Valor (R\$)	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ICMS	ISS	IPI	Total dos tributos
Revenção de mercadorias	21.682,20	82,39	82,39	249,34	58,54	711,19	0,00	0,00	0,00	1.183,85
Revenção de mercadorias para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas pelo contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21.682,20	82,39	82,39	249,34	58,54	711,19	0,00	0,00	0,00	1.183,85

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSPO/pgdarf.app/Extrato.aspx>

09/11/2007

Extrato Simplificado - Simples Nacional

Período de Apuração: 11/2007

CNPJ Básico: 08.494.403

CNPJ Estabelecimento: 08.494.403/0002-27

Possui sublimite estadual: Sim

Sublimite de Receita Anual: R\$1.200.000,00

Receita informada		Valor devido (R\$)								
Tipo	Valor (R\$)	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ICMS	ISS	IPI	Total dos tributos
Revenção de mercadorias	17.169,10	65,24	65,24	197,44	46,35	563,16	0,00	0,00	0,00	937,43
Revenção de mercadorias para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas pelo contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.169,10	65,24	65,24	197,44	46,35	563,16	0,00	0,00	0,00	937,43

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSPO/pgdarf.ap...>

13/12/2007

Extrato Simplificado - Simples Nacional

Período de Apuração: 12/2007

CNPJ Básico: 08.494.403

CNPJ Estabelecimento: 08.494.403/0002-27

Possui sublimite estadual: Sim

Sublimite de Receita Anual: R\$1.200.000,00

Receita informada		Valor devido (R\$)								
Tipo	Valor (R\$)	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ICMS	ISS	IPI	Total dos tributos
Receita de mercadorias	14.704,20	55,87	55,87	169,09	39,70	482,32	0,00	0,00	0,00	802,85
Receita de mercadorias para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas pelo contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrializadas para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14.704,20	55,87	55,87	169,09	39,70	482,32	0,00	0,00	0,00	802,85

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSP0/pgdarf.ap...> 07/01/2008